

Antônio Conselheiro, profeta do sertão?

Vicente Dobroruka

Mestre em História (PUC-RJ)

Professor de História Antiga, Universidade de Brasília

A campanha final contra o arraial de Canudos teve uma participação ilustre- a do próprio Euclides da Cunha. Impressionado pela barbárie com que o Exército tratava os canudenses (aplicando-lhes quase sempre a ‘gravata vermelha’, ou seja, a degola), Euclides iria, a partir de Canudos, escrever a obra impressionante que são *Os sertões*, tentativa de entendimento da campanha de Canudos a partir de uma concepção mais geral do homem brasileiro, e que se constitui numa verdadeira teoria da história.

Esta, para Euclides, tem por mote mais significativo o progresso: o homem evolui das trevas da ignorância e da superstição para as luzes do pensamento racional, ou assim deveria ser. A República é um bom exemplo disso; na medida em que nela a emanção do poder tem fundamentos racionais, é forma de governo superior à monarquia, com seu apelo ao divino (logo, ao irracional). O programa de ação euclidiano é portanto francamente republicano, para não dizer iluminista (lembremos que Euclides, na qualidade de militar, teve suas insígnias cassadas pouco antes da proclamação da República exatamente por ter se posicionado contra o Império).

No entanto, Euclides sabia que esses valores haviam sido tomados de empréstimo à Europa; mais do que isso, sabia também que eles não haviam penetrado no sertão “inculto e ignorante” - espaço da superstição, da incivilidade e da idolatria. Temos assim um primeiro par de opostos em Euclides, portanto: o que opõe o litoral ao sertão. O primeiro orgulha-se de sua “europeidade”, por mais precária que ela seja; o segundo foi mantido deliberadamente nas trevas da ignorância, primeiramente por uma colonização predatória, em seguida por elites políticas mal-intencionadas.

Os sertões são a tentativa corajosa, ainda que arrogante, de entender esse tosco *hinterland* brasileiro.

A marcha da Razão sobre o território brasileiro esteve longe de ser uniforme; dessa maneira, Euclides identifica um comportamento aberrante, porque deslocado de seu tempo, em Antônio Conselheiro. Para Euclides, o beato de Canudos condensava, em seu fanatismo

religioso, tanto os erros mais tenebrosos de nosso passado colonial (em especial a atuação da Igreja), quanto um passado pessoal violento e complexo, vinculado mais especificamente ao período regencial.

A data mais remota para o nascimento de Antônio Vicente Mendes Maciel, nome de batismo do futuro beato, é o ano de 1828 (embora outros autores situem seu nascimento em 1830, 1831 ou até mesmo 1835). Antônio nasceu em Quixeramobim, no Ceará; foi batizado em 1830, o que permite considerar esse ano como o de seu provável nascimento¹.

Antônio Conselheiro perdeu a mãe aos seis anos de idade, e o convívio com sua madrasta Francisca parece ter sido dos piores, como o próprio Conselheiro admitiria muitos anos mais tarde; o episódio da perda da mãe daria margem a importantes boatos no futuro. O pai, embora violento e alcoólatra, procurou dar-lhe a melhor formação intelectual possível no sertão, com a provável intenção de que o filho se tornasse padre- “mandando ensinar o português, o latim e o francês”², que o jovem Antônio começou a aprender com o professor Manoel Antônio Ferreira Nobre- após receber a instrução mais elementar por parte do pai do capitão Raimundo Francisco das Chagas³.

Temos assim um quadro da formação intelectual da juventude de Antônio Conselheiro que, se não revela uma qualificação formal semelhante à de Euclides, por outro lado mostraria um volume de conhecimentos muito acima do que se esperaria para alguém criado em condições tão rústicas. Além disso, quando criança Antônio Conselheiro parece ter sido “...sempre muito dócil, e de boa índole”⁴.

A morte de seu pai Vicente, a cinco de abril de 1855, deixaria uma marca profunda na existência de Antônio, fazendo com que o futuro beato passasse a arcar com dificuldades familiares e financeiras.

Para Eusébio de Souza, autor de um pequeno artigo sobre as questões jurídicas que afligiram o jovem Antônio, com os negócios herdados do pai, Antônio Conselheiro chegara a possuir “...meios para uma subsistência farta e necessária no círculo de suas

¹ Nertan Macedo. *Antônio Conselheiro: a morte em vida do beato de Canudos*. Rio de Janeiro: Record, 1969. P.37.

² Manuel Benício. *O rei dos jagunços. Crônica histórica sobre os costumes sertanejos e os acontecimentos de Canudos, documentada e comentada*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1899. P.35.

³ Abelardo Montenegro. *Antônio Conselheiro*. Fortaleza: /s.n./ 1954. P.11. Segundo matéria da revista *O Cruzeiro* de 01/01/1949, houve ainda outro professor de latim na vida do jovem Antônio, de nome José Remígio. Cf. José Calasans. *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1950. P.27.

⁴ Benício, op.cit. p.35.

explorações”⁵; mas os negócios de Vicente Maciel já vinham comprometidos por dívidas antes mesmo de Antônio herdá-los, o que tornaria sua subsistência mais incerta.

Em 1856 e 1857, Antônio Conselheiro teve de hipotecar alguns imóveis herdados de Vicente para pagamento de dívidas; essas hipotecas mostram que, definitivamente, o Conselheiro não nascera para o comércio⁶.

Antônio Conselheiro ainda tentou, nos três anos seguintes, salvar a casa comercial. Manuel Benício atribui o fracasso dos negócios paternos à falta de ‘vocação e atividade’ do herdeiro⁷.

Após haver casado as três irmãs, o próprio Antônio casou-se com Brasilina Laurentina de Lima (sua prima, então com 15 anos, filha de Francisca Maciel- esta última mulher de moral e conduta duvidosas, segundo Benício), a sete de janeiro de 1857, em Quixeramobim⁸. Esse casamento sofreu o boicote de sua madrasta e do major João Bernardo, seu principal credor⁹.

Brasilina era, segundo todos os relatos, uma mulher muito bonita, mas que herdara da mãe o gosto pela aventura amorosa.

Em 1857 ou 58, o Conselheiro liquidou os negócios de seu pai e mudou de profissão, indo dar aulas de português, aritmética e geografia na fazenda ‘Tigre’, que ficava próxima¹⁰. Em 1861 abandonou também o ofício de professor e tentou a sorte como caixeiro em Tamboril; depois mudou-se para Campo Grande, onde se tornou caixeiro.

Perdendo também esse emprego, o futuro beato tornou-se requerente no fórum de Ipú em 1861. Benício afirma que o Conselheiro ‘rabiscava’ no fórum, deixando escritos que o promotor de Tamboril e outros apreciaram. Dessa cidade transferiu-se para Santa Quitéria, onde residiria por mais dois anos¹¹.

Euclides tem razão em fixar o ano de 1858 como fatídico para o Conselheiro. Não por uma suposta preguiça que se poderia observar na sua conduta - já que Euclides

⁵ Eusébio de Souza. “Antônio Conselheiro em juízo” In: *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*. 26. Fortaleza: 1912. P.292.

⁶ Montenegro, op.cit. p.12.

⁷ Benício, op.cit. p.36.

⁸ Montenegro, op.cit. p.11.

⁹ Benício, op.cit. p.36.

¹⁰ Marco Antônio Villa. *Canudos- o povo e a terra*. São Paulo: Ática, 1995. P.16

¹¹ Nessa cidade, o Conselheiro poderia ter conhecido Joana Imaginária, mulher mística, fabricante de imagens- ela teria sido sua amante dando-lhe um filho, de nome Joaquim Aprígio. Na realidade é apenas outro dos personagens duvidosos criados ou divulgados por Benício; José Aras afirma ser ela personagem fictício, já que não se tem notícia dela nem no norte, nem em parte alguma. Apenas Nertan Macedo insiste

estabelece uma escala de dignidade profissional, em que o trabalho de advogado ou requerente no fórum é menos digno que o de caixeiro, e este, por sua vez, é menos honroso que o de professor, o qual é uma degeneração comparado ao de vaqueiro, este também menos honrado que o de comerciante. A pergunta é inevitável: então que dizer do próprio Euclides, de sua obra e seu ofício?

Os eventos decisivos do ano de 1858 na vida doméstica vinculavam-se à esposa: de vida desregrada e gênio terrível, ela acabou dando-lhe o desgosto da traição com um furriel de polícia, João da Mata¹².

Após a descoberta da traição, a vida antes sedentária de Antônio Conselheiro muda bastante de ritmo: ele passou a aceitar serviços de caixeiro viajante, que o levavam a correr todo o sertão. Não é infundada a suspeita de que tais viagens se fizessem na intenção de encontrar a esposa adúltera e se vingar dela e do amante, embora não exista qualquer declaração ou boato a esse respeito. Mas para o período que vai de 1858 a 1869 praticamente não dispomos de informação certa a respeito de Antônio Conselheiro, a não ser a vaga afirmação de Ataliba Nogueira de que, no período, a sua presença ‘...é notada em muitos pontos do Ceará’¹³ e do pouco que nos informa Manuel Benício, fonte sempre sujeita à desconfiança do pesquisador.

Estando as informações de Benício corretas, podemos atribuir a data de 1863 ou 1864 para a descoberta da traição de sua esposa pelo futuro Conselheiro. Brasilina acabaria por se prostituir em Sobral, e quando faleceu em data incerta, dependia da caridade pública para sobreviver¹⁴.

Durante a saída do lar, Antônio Conselheiro esfaqueara seu cunhado. Parece ter sido um acesso de loucura súbita, que não fez vítimas nem tornaria a se repetir.

Após esse incidente isolado, Antônio Conselheiro voltou ao Crato, talvez aumentando as fileiras dos seguidores dos missionários sertanejos. Essa devoção foi decisiva para as opções místicas que faria mais tarde, embora Benício sublinhe o caráter “complexo e confuso” das doutrinas pregadas pelos missionários “estrangeiros e vagabundos”, que então eram personagens habituais do sertão¹⁵. O tipo muito peculiar de

em sua existência real, entre os estudiosos mais recentes da vida do beato. Cf. José Aras. *Sangue de Irmãos*. /s.n.t./ P.33, Benício, op.cit. p.38 e Macedo, op.cit. p.116.

¹² “Furriel” é o posto intermediário entre cabo e sargento.

¹³ Ataliba Nogueira. *Antônio Conselheiro e Canudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. P.5.

¹⁴ Benício, op.cit. p.41.

¹⁵ Idem, p.39. Insistindo na existência real da amante, Benício acrescenta à influência dos missionários os reveses sofridos e as idéias de Joana Imaginária. “Os profundos golpes que a desventura até ali lhe

catolicismo que eles representam fica bem claro numa descrição sumária de um ritual noturno praticado à época por esses missionários:

*[...] recorda ainda o Doutor [Floro Bartolomeu], no seu discurso, as funções ou ofícios exercidos no Juazeiro, pelos penitentes, muitos deles insanos religiosos, que se flagelavam pela noite adentro nos portões dos cemitérios, implorando lamentosamente a Deus a graça de um bom inverno para o sertão*¹⁶.

Outro exemplo de prática mística semelhante à descrita acima nos é fornecido por Euclides, no relato acerca dos “serenos”, que haviam agitado os sertões do Cariri em 1850: eram grupos de flagelantes que, à noite, agrupavam-se nas encruzilhadas “impondo-se o duro cilício dos espinhos, das urtigas e outros duros tratos de penitência”. Quem os colocara nesse caminho de autoflagelação? Novamente, os missionários estrangeiros, que Euclides tem em conta bastante baixa:

Dentro da igreja, missionários recém-vindos haviam profetizado próximo fim do mundo. Deus o dissera- em mau português, em mau italiano e em mau latim- estava farto dos desmandos da terra.

*E os desvairados foram pelos sertões em fora, esmolando, chorando, rezando, numa mandria deprimente, e como a caridade pública não os podia satisfazer a todos, acabaram- roubando*¹⁷.

Convém ainda não esquecer a figura do Padre-Mestre Ibiapina, espécie de modelo de místico nordestino para várias gerações- e que Antônio Conselheiro pode muito bem ter conhecido, dada a semelhança entre trechos de seus escritos e ditos de Ibiapina; a parecença é ainda mais evidente quando pensamos nas profecias que Euclides imputa ao Conselheiro sem citar a sua origem, mas que sabemos terem sido proferidas pelo Padre-Mestre Ibiapina.

Podemos fixar com segurança a opção de Antônio Conselheiro pelo modo de vida beatífico entre 1858 e 1864, embora as primeiras notícias a seu respeito datem de 1874 somente. Mas o que compunha o conjunto de práticas a que ele se dedicava?

descarregara sobre a sua cabeça eivada das doutrinas complexas e confusas pregadas pelos missionários estrangeiros, então invadindo os sertões, a influência mística de sua amante, Joana Imaginária, traziam alquebrado o espírito do novo rábula”.

¹⁶ Nertan Macedo. *Floro Bartolomeu (o caudilho dos beatos e jagunços)*. Rio de Janeiro: Agência Jornalística Image, 1970. Pp.43-44.

¹⁷ Euclides da Cunha. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1954. P.130.

O objetivo primário de Antônio Conselheiro, como ele próprio admitiu num interrogatório policial em 1876, era o de reformar igrejas e cemitérios. Isso era tanto mais necessário no sertão quanto a Igreja Católica frequentemente não dispunha de recursos nem de operários para fazê-lo. Os padres não eram, muitas vezes, exemplo de boa conduta - viviam no desregramento e na ignorância, o que levava os fiéis a seguirem os beatos de preferência aos sacerdotes. Antônio Conselheiro foi apenas um desses beatos.

De 1872 pelo menos, até 1893 com a fundação do arraial de Canudos, a principal atividade do Conselheiro foi a reforma de igrejas e cemitérios. As obras realizadas em Itapicuru e Monte Santo o atestam. Evidentemente, os que o seguiam não o fizeram atrás da remuneração pelas obras - mas dedicavam-se cada vez mais intensamente ao seu líder em função de sua pregação.

Euclides da Cunha silencia a respeito do grau de instrução de Antônio Conselheiro, quando o autor de *Os sertões* teve ao seu alcance as mesmas fontes de que agora me sirvo (os textos básicos a esse respeito são “Maciéis e Araújo /e/ Antônio Conselheiro”, “Testemunho sobre Antônio Conselheiro” e “A família de Antônio Conselheiro”¹⁸, todos de João Brígido; e o já citado *O rei dos jagunços*, de Manuel Benício, que repete assumidamente as informações dadas por Brígido).

Creio que o silêncio euclidiano obedece à necessidades teóricas: muito da argumentação da sua obra incide sobre a figura de Antônio Conselheiro enquanto ignorante, “gnóstico bronco”, para citar Euclides textualmente¹⁹- e um Antônio Conselheiro dotado de instrução destruiria o panorama de assustadora torpeza minuciosamente construído pelo autor de *Os sertões*.

Em 1898 haverá muitos chapéus e poucas cabeças... Há de chover uma grande chuva de estrelas e aí será o fim do mundo. Em 1900 se apagarão as luzes. Deus disse no Evangelho: eu tenho um rebanho que anda fora deste aprisco e é preciso que se reúnam porque há um só pastor e um só rebanho!...

Em verdade vos digo, quando as nações brigam com as nações, o Brasil com o Brasil, a Inglaterra com a Inglaterra, a Prússia com a Prússia, das ondas do mar D.Sebastião sairá com todo o seu exército... E quando encantou-se afinçou a espada

¹⁸ In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 22/02/1897. Cit. por Valnice Nogueira Galvão. *No calor da hora*. São Paulo: Ática, 1974. P.89. O segundo texto encontra-se in: *Publicações diversas: os precursores da Independência /e/ Homens e fatos do Ceará*. Fortaleza: Typographia Universal, 1899. O último é virtual repetição do anterior. In: *Almanak literário e estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 10. 1897.

¹⁹ Cunha, op.cit. pp.132-134.

*na pedra, ela foi até os copos e ele disse: Adeus mundo! Até mil e tantos a dois mil não chegarás!*²⁰

Os trechos acima foram recolhidos por Euclides da Cunha após o assalto final à cidadela: ele próprio afirma que tais dizeres se encontravam “em grande número de pequenos cadernos encontrados em Canudos”²¹.

Euclides deliberadamente não esclarece a autoria desses versos, deixando no leitor a vaga impressão de que eles teriam sido escritos pelo Conselheiro; tal não pôde ser provado²².

A vinculação mais óbvia que se encontrou para ligar a figura e o discurso profético de Antônio Conselheiro foi através do sebastianismo, que de fato se encontrava e se encontra bastante difundido no folclore brasileiro. Esse sistema profético de origem portuguesa consiste, essencialmente, na crença no regresso do Rei D.Sebastião (monarca português desaparecido na batalha de Alcácer-Quibir contra os árabes, em 1578). Existem muitas variantes acerca da forma que poderia adquirir esse retorno, mas de modo geral ele consiste numa espera escatológica que cessará com o retorno de D.Sebastião e o anúncio do fim dos tempos: crença assemelhada, portanto, àquelas do retorno de outros heróis nacionais ou míticos como Frederico Barba-Roxa, Átila ou o Rei Arthur²³.

Um exemplo dessa vinculação pode ser encontrado no relato que se segue do sermão do Conselheiro realizado na vila do Cumbe, após o ataque tentado pela força policial sem êxito em Masseté (1893):

*Meus irmãos, o anti-Cristo é chegado. [...] O ataque de Masseté constituiu uma prova para nós. O meu povo é valente. O satanás trouxe a república, porém em nosso socorro vem o infante rei D.Sebastião. Virá depois o Bom Jesus separar o joio do trigo, as cabras das ovelhas. E, aí daquele que não se arrepende antes, porque tarde não adiantará²⁴. Jejuai que estamos no fim dos tempos. Belos Montes será o campo de Jesus, a face de Jeová. Os republicanos não devem ser poupados pois são todos do anti-Cristo. De hoje em diante, será ‘dente por dente e olho por olho’...*²⁵

²⁰ Cunha, op.cit. pp.150-151.

²¹ Id. ibid.

²² Para um estudo da discussão sobre a figura do “profeta” Antônio Conselheiro na obra euclidiana, cf. Vicente Dobroruka. *O Antônio Conselheiro de Euclides da Cunha: como se faz um profeta*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1996.

²³ Luís da Câmara Cascudo. “Sebastianistas” in: *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: INL, 1954. P.792.

²⁴ Há uma referência interessante nas pregações acerca da necessidade dos fiéis não deixarem para mais tarde um “negócio tão importante como o de [sua] salvação”. Cf. Antônio Vicente Mendes de Maciel. *Prédicas aos canudenses e um discurso sobre a república*. 291 in: Nogueira, op.cit. p.119.

²⁵ Aras, op.cit. p.25. Os pais de Aras foram assistir a esse sermão, voltando, segundo o autor, atemorizados.

A primeira questão que se coloca é: o que deixou em sua obra escrita Antônio Conselheiro que se possa relacionar a todas essas questões?

Morto Antônio Conselheiro e arrasada Canudos, deixou-nos o beato cearense um pequeno livro como legado; intitula-se *Tempestades que se anunciam no coração de Maria por ocasião do mistério da Anunciação*, título “barroco” no dizer do grande inovador no estudo dos movimentos messiânicos brasileiros, Duglas Teixeira Monteiro²⁶. O que esse livrinho mostra ao historiador, e em que medida seu conteúdo concorda com os relatos proféticos listados acima?

O livro está dividido em quatro partes: primeiro, as dores de Maria com relação a todo o processo de vida e morte de Jesus; em segundo lugar, comentários aos Dez Mandamentos; em terceiro, comentários variados acerca de textos extraídos da Bíblia. Por último as “Prédicas de circunstância e discursos”, nas quais se encontram os comentários mais incisivos sobre a república. A caligrafia é bonita e significativamente a autoria não consta como sendo de Antônio Conselheiro, mas apenas que o livro foi “mandado subscrever por Antônio Vicente Mendes Maciel”, seu nome de batismo. Fica em aberto se a letra é ou não a do líder canudense (Ataliba Nogueira defende essa hipótese, José Calasans a nega com base num estudo caligráfico comparativo²⁷).

Nesse livrinho, o que mais salta aos olhos do historiador é a absoluta ortodoxia dos ensinamentos ali contidos. Por sinal, isto se encaixa perfeitamente nas limitações que o Conselheiro sempre se impôs como líder espiritual - jamais batizou, casou ou rezou missa: os padres sempre foram bem-vindos em Canudos, exatamente por poderem officiar aquilo que estava fora do alcance do líder do arraial. Não há, ainda, nenhum traço de expectativa escatológica militante do tipo da que vimos ser caracteristicamente sebastianista, mas apenas uma escatologia discreta voltada para a salvação individual da alma, que em momento algum proclama o fim dos tempos como evento que tenha lugar no mundo natural.

O ódio à República, por sua vez, não deixa margem a dúvidas: teria sido proclamado por Antônio Conselheiro em vários relatos orais e é confirmado, sem qualquer contradição,

²⁶ Duglas Teixeira Monteiro. "Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado" in: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, tomo I, v. II, 1985. P. 68.

²⁷ Luciano Carneiro. “Os conselhos de Antônio Conselheiro” in: *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro. 26(8): 6-12. 05/12/1953. P.8.

pelas passagens referentes à República no livrinho. Entre as mais significativas, podemos destacar:

Agora tenho de falar-vos de um assunto que tem sido o assombro e o abalo dos fiéis... a república, que é incontestavelmente um grande mal para o Brasil que era outrora tão bela a sua estrela... É evidente que a república permanece sobre um princípio falso e dele não se pode tirar consequência legítima: sustentar o contrário seria singularíssimo; porque, ainda que ela trouxesse o bem para o país, por si é má, porque vai de encontro à vontade de Deus, com manifesta ofensa de sua divina lei.²⁸

Posto esse quadro de dissonância entre o discurso oral recolhido acerca das idéias do Conselheiro e o seu discurso formalizado na escrita de um livro, como se situa a historiografia?

A historiografia brasileira divide-se quanto ao profetismo de Antônio Conselheiro ser ou não verdadeiro. Veremos a seguir as posições básicas dos principais autores envolvidos.

Os autores mais significativos que negam a acusação de profetismo que pesa sobre a figura do líder canudense são Ataliba Nogueira, José Luiz Fiorim e Duglas Teixeira Monteiro- ou seja, autores mais recentes e relativamente libertos da tradição historiográfica iniciada com *Os sertões*.

Nogueira teve o mérito de ser o grande divulgador da obra escrita de Antônio Conselheiro: embora seus comentários nem sempre sejam os mais agudos, sua exposição é bastante clara e faz ver ao leitor que a obra escrita do líder do arraial não expõe, em nenhum momento, expectativas escatológicas da ordem das que examinamos no item anterior.

José Luís Fiorim faz uma análise crítica do discurso do Conselheiro, especialmente para verificar seu caráter- se é político ou religioso. Conclui por considerar o discurso conselheirista como religioso e ortodoxo, não encontrando nele nada que se chocasse com os preceitos católicos mais em voga na época (expressos e condensados nos catecismos *Horas Marianas e Missão Abreviada*).

Duglas Teixeira Monteiro, certamente o mais original autor a abordar os movimentos messiânicos nas últimas décadas, também descarta o milenarismo que poderia estar presente na obra escrita do Conselheiro. Informa ainda que nos seus escritos só se pode

²⁸ Maciel, op.cit. 560 e 567. Cit. por Nogueira, op.cit. pp.175-176.

encontrar uma escatologia “muito sóbria” que proclama os novíssimos “segundo os enunciados correntes”²⁹.

Três autores relativamente recentes, portanto (escrevendo no período 1973-1980) que negam, após minucioso estudo, a presença de traços de milenarismo ou de expectativa escatológica concreta nos escritos de Antônio Conselheiro. Incluo-me modestamente na sua companhia, por trabalhar já há alguns anos com os textos do líder canudense e também não haver jamais encontrado uma linha sequer que fosse desviante do ensinamento católico ortodoxo com relação às últimas coisas. E os que postulam a existência de uma expectativa escatológica concreta no discurso oral conselheirista, o que alegam?

Este grupo é certamente o mais numeroso e tradicional: inicia-se, senão com Euclides da Cunha, com Aristides Milton na “Memória” lida no IHGB em 1900. Engloba vários autores que são de modo geral antipáticos às idéias e práticas do líder do arraial (além de Milton e Euclides, poderíamos incluir no grupo Aujor Ávila Luz e os marxistas Rui Facó e Edmundo Moniz, que não vêm na religiosidade do movimento de Canudos mais do que a manifestação da “falsa consciência” que mascararia os “reais” conflitos de classe). O já citado José Aras, apesar de toda a simpatia que exhibe pelo Conselheiro e sua causa, endossa a existência de profetismo em seu discurso; Maria Isaura Pereira de Queiroz, em seu notável estudo sobre o messianismo, faz o mesmo.

O que autores teoricamente tão díspares como os citados acima teriam em comum com relação ao nosso tema? O fato de não terem conhecimento em primeira mão dos escritos do Conselheiro, por várias razões- ou não puderam ter contato com esses escritos, ou, no caso de poderem tê-lo, consideraram sua análise irrelevante (caso provável de Euclides³⁰). Logo, se deixaram levar muito mais pelo que pôde ser apreendido do folclore sertanejo e dos relatos dos envolvidos do que do ator maior do drama de Canudos, Antônio Conselheiro.

É essa a filiação que devemos buscar para a citação anterior de Euclides: “Em 1898 haverá muitos chapéus e poucas cabeças etc.”- bilhetinhos encontrados nos casebres destruídos, rascunhos em cadernos. Mas no caso de um autor como Aras, a questão subitamente se torna complicada: os versos que ele transcreve não foram recolhidos por acidentes da guerra, mas foram testemunhados por muitos dos atores do evento - entre eles seus próprios pais. Aqui já não se pode falar de leviandade na investigação, nem de uma

²⁹ Monteiro, op.cit. p.68

intenção de desqualificação política que é evidente em Euclides e Aristides Milton: trata-se de uma dissonância eloqüente que tem algo a revelar ao historiador. Um silêncio se impõe entre o que o Conselheiro *falou* e o que *escreveu*: talvez ele nos ensine mais do que toda a análise feita sem o conhecimento da natureza de seus escritos e com uma leitura tendenciosa de sua fala. Mas o quê exatamente esse silêncio teria a nos ensinar?

Essas discrepâncias entre discurso oral e escrito na obra do Conselheiro podem ter, em meu entender, cinco hipóteses explicativas, que examinaremos a seguir.

Uma razão para que o Conselheiro se abstivesse de colocar claramente em seus escritos anseios escatológicos objetivos seria o medo da repercussão que estes poderiam ter. Esta hipótese me parece falha, pois quem enfrenta quatro expedições militares não teria medo da repercussão polêmica de idéias escritas. De mais a mais, seu livro nunca foi impresso comercialmente, encontrando-se manuscrito quando de seu achado por João de Sousa Pondé, médico da quarta expedição, e isto impediria uma divulgação mais efetiva de suas idéias.

O sertanejo, vivendo num mundo de escassa cultura formal se comparado ao litoral (essa tese remonta, pelo menos, a Euclides), teria inventado as pregações apocalípticas do Conselheiro, fundindo num mesmo personagem um conjunto esquisito de idéias e crenças - parte oriundo das expectativas escatológicas “individualizantes” do próprio Conselheiro, parte dos sermões atemorizantes dos padres e missionários que circulavam pelo sertão, parte ainda das prédicas de outros beatos. O profetismo de Antônio Conselheiro tomaria a forma então de um delírio coletivo, de uma psicopatologia das massas sertanejas. Neste caso então como se explica a concordância de tantos relatos recolhidos por José Aras?

É claro, o próprio Aras poderia estar mentindo acerca dos relatos, bem como Euclides, Milton e tantos outros. Mas alguém faria isso envolvendo seus próprios pais na falsificação? E com que intenção Aras tentaria isso, logo ele tão simpático aos conselheiristas e desejoso de provar a normalidade psíquica de seu líder e o desvario dos republicanos?

Com relação a esta terceira hipótese, vale lembrar aqui o vulto que tomou um episódio falso envolvendo a figura do Conselheiro, o de seu matricídio. Em algumas versões, ele teria matado a mãe por engano, quando esta se posicionou de modo a flagrar a nora em adultério: o Conselheiro, já preparado para matar a esposa teria acertado também a

³⁰ Nogueira, op.cit. p.23.

mãe³¹. Em outras versões, ele teria simplesmente assassinado a esposa inconstante, e a partir daí adotado a vida de beato como forma de expiar seu crime. Tudo isto se revelou falso, pois o Conselheiro foi preso tendo que responder por esses crimes e nada se apurou contra ele. Perdera a mãe quando criança, e sua esposa, de fato adúltera, terminou seus dias se prostituindo em Sobral. Mas a lenda que percorreu o sertão dá bem a medida do peso que mitos construídos tão rapidamente podem adquirir em sociedades parcamente alfabetizadas e com dificuldade de comunicação com os grandes centros. Se o profetismo do Conselheiro não pode ser, na íntegra, uma invenção do sertanejo, por outro lado poderia perfeitamente ter sido um exagero cometido a partir de referências concretas expressas nos “conselhos”.

O próprio Conselheiro pode ter se exaltado nas pregações e conselhos, com a intenção deliberada de aumentar o número de seus seguidores: líder nato que era e profundo conhecedor da psicologia dos homens que capitaneava, pode muito bem ter sentido que as sutilezas teológicas teriam pouco efeito naquela massa desenraizada. Mas nesse caso, o que o impediria de formalizar essas idéias por escrito, ele que deixou sua doutrina condensada de forma tão clara no livrinho? Medo não pode ter sido, como já vimos. Talvez todos os autores analisados tenham deixado uma explicação mais modesta e mais eficaz escapar entre seus dedos.

Todo o tempo temos insistido nas divergências entre discurso oral e discurso escrito de Antônio Conselheiro. Esta é uma partição que nós, homens do séc.XX dotados de um conjunto preciso de preocupações intelectuais, nos impomos. E ele?

Como resposta às indagações acima, parece-me que a vida e obra de Antônio Conselheiro não estão em oposição mas em conformidade uma com a outra. Creio ser legítimo transpor essa aproximação para o campo da diferença entre o discurso oral e o escrito do Conselheiro.

Quanto à natureza dos discursos, já declaramos ambos como verdadeiros: o volume e a natureza dos testemunhos recolhidos por Aras e outros impedem que o profetismo dos sermões do Conselheiro sejam mera fraude ou delírio, e o manuscrito é aceito inquestionavelmente como sendo de sua autoria (ainda que não necessariamente tenha sido escrito pelo próprio punho do Conselheiro). Resta a explicação para a diferença entre ambos.

³¹ Cunha, op.cit. p.146.

Esta é, em minha conclusão, apenas aparente. Torna-se de difícil compreensão, para nós, harmonizar crenças escatológicas “concretas” (que prevêm um fim do mundo objetivo, natural etc.) e “espiritualizadas” (nas quais o fim do tempo se daria para cada crente, numa soteriologia individual que supõe castigos e recompensas num além-túmulo). A cisão entre essas duas possibilidades remonta à Antigüidade tardia, quando da sua formulação por correntes teológicas distintas.

De um lado temos uma tradição literal, abertamente quiliástica, iniciada por Jerônimo e que iria inspirar tantos movimentos insurreccionais ao longo da Idade Média. Esse autor insiste na literalidade da narrativa do Apocalipse de São João, num tempo em que a Igreja já não vivia a espera da *parusia* com a mesma intensidade que no séc.II ou III. Ou seja, a institucionalização da Igreja como parte de um império diminuiu o impacto da escatologia enquanto espera objetiva e concreta do fim dos tempos.

Por outro lado, nessa mesma Antigüidade tardia iniciou-se uma outra tradição exegética com Ticônio e Santo Agostinho: a leitura do Apocalipse como uma figuração daquilo que deverá ocorrer na alma de cada crente. Os comentários desses dois autores são, evidentemente, antiquiliásticos e foram adotados avidamente pela Igreja enquanto instituição. Vale lembrar que mesmo no mundo aparentemente “secularizado” de hoje ambas as leituras têm adeptos.

Exigir de Antônio Conselheiro o conhecimento atualizado de uma distinção intelectual tão sofisticada como a exposta acima e que ainda hoje é objeto de discussões é cobrar algo nada razoável de nosso objeto. Em que pesem as citações de autores latinos, de Thomas More e Virgílio³², provável herança dos estudos de latim que Antônio Conselheiro fizera em sua infância, uma distinção de tal ordem não podia se colocar para ele. Dessa forma, podemos legitimamente afirmar que tanto os relatos recolhidos por Aras como as prédicas de Antônio Conselheiro são verdadeiros, cada um a seu modo.

Nos sermões orais, a ênfase na literalidade do *eschaton* explica-se por vários fatores: em primeiro lugar, pela exigência de compreensão imediata da mensagem soteriológica por parte dos fiéis. Em segundo, por um conjunto muito antigo de crenças enraizado na mentalidade ocidental que associa os finais de séculos ou milênios ao fim do mundo (basta lembrar o frenesi ocorrido na Europa em torno do ano mil) e que pode ter sido incorporado pelo Conselheiro em algum momento de sua vida de eremita: por fim, simplesmente pode

³² Maciel, op.cit. 479 e 300 in: Nogueira, op.cit. pp.156 e 120.

ter sido uma forma de Antônio Conselheiro aumentar o número de seus seguidores (hipótese que considero improvável, já que até o final da guerra ele não reteve ninguém no arraial contra a vontade).

Nisto tudo, como ficam as “Prédicas”?

Permanecem, como já disse, em conformidade com as promessas “literais”: nunca será excessivo lembrar que o desfecho do evento escatológico, qualquer que seja a tradição a que se filie o exegeta, é ao fim e ao cabo individual. O fim do mundo, literal ou simbólico, moderado ou terrível, pelo fogo ou pela água, terá como efeito último a salvação de um determinado número de almas, que poderá ser grande ou pequeno, conforme o caso.

Salvação do homem e do mundo são, na ótica conselheirista, aspectos do mesmo discurso: se as “Prédicas” silenciam sobre o *eschaton* cósmico e espetacular, não devemos por isso concluir que o Conselheiro não acreditava nele, ou que tinha medo de divulgá-lo. Prefiro imaginar que, na sua pregação, cada um dos discursos tinha sua hora e seu lugar específicos (a teatralidade do *eschaton* cósmico para os grandes sermões públicos, amiúde realizados debaixo do cerco republicano; as sutilezas envolvendo a conduta dos fiéis, os Dez Mandamentos, as citações latinas, as análises acerca da relação entre a libertação dos escravos e o fim do Império etc. num texto formal, escrito).

Uma separação lógica que, no fim das contas, é procedimento bem razoável e em nada atribuível a um lunático.